

TEMPO E ASPECTO VERBAL EM *SATYRICON E DE RE PUBLICA* – UMA RELAÇÃO ARGUMENTATIVA (Le temps et l'aspect verbal chez *Satyricon et de Re Publica* – une relation argumentative)

RESUMÉ

Dans cet article, on tâche de présenter quelques usages de formes grammaticales, à partir de quelques extraits des textes *Satyricon* et *De Republica*. Bien qu'ils semblent distants de l'application normative, ils servent à faciliter le discours d'un locuteur de façon efficace et convenable à la réalisation de ses intentions. Il s'agit de vérifier des structures syntathiques qui utilisent les formes verbales tout en considérant l'Aspect Verbal que le temps de conjugaison, ce qui permet au locuteur de produire des énoncés absolument clairs et compréhensibles à son interlocuteur, quoiqu'ils dénoncent parfois la possible méconnaissance de la norme culte.

Mots-clé : temps, aspect, argumentation.

RESUMO

No presente artigo se propõe apresentar, em alguns trechos dos textos *Satyricon* e *De Republica*, alguns usos de formas gramaticais que, embora pareçam distantes da aplicação normativa, servem para facilitar o discurso de um locutor de forma eficaz e adequada à realização de suas intenções. Trata-se de verificar estruturas sintáticas que utilizam as formas verbais levando em consideração o Aspecto verbal mais do que o tempo de conjugação, o que permite ao locutor produzir enunciados absolutamente claros e compreensíveis a seu interlocutor ainda que às vezes denunciem seu possível desconhecimento da norma culta.

Palavras-chave: tempo, aspecto, argumentação.

A observação dos recursos da língua tem permitido serem feitas considerações várias a respeito das diversas possibilidades de construção de que faz uso o produtor do texto oral ou escrito.

Analisando os textos *Satyricon*¹(anexo I) e *De Re Publica* (anexo II), podemos ver como o uso desses recursos tem produtividade.

Já se sabe que os modos verbais sugerem exatamente o que seu nome diz: o **como** dizer. Com base nesse “como”, observa-se que, ao se escolherem esses modos, não se faz isso aleatoriamente – na verdade, o usuário da língua

* CEFT/PB - jsnr@ig.com.br

¹ Os textos *Satyricon* e *De Re Publica*, em latim, assim como a tradução deste último, compreendem os anexos I e II, respectivamente, no final deste artigo. A tradução do trecho de *Satyricon* em estudo compreende o capítulo XLVI, p. 60, do livro constante das referências.

tem uma intenção e espera que esta seja compreendida satisfaça a seus interesses. Entretanto, nem sempre o que se verifica na construção de certo enunciado é o privilégio da forma gramatical, mas sim a força argumentativa delineada por uma outra categoria pouco estudada – o Aspecto.

O presente artigo pretende, de forma breve, circular, em um dos textos acima citados – *Satyricon* –, algumas estruturas lingüísticas que poderiam exemplificar tal categoria. Embora não sabendo se estão usando o fator tempo verbal ou o fator aspecto verbal, os falantes produzem seus discursos e manuseiam a língua com uma habilidade tal que nem sempre é possível dizer de tal habilidade que seja incoerente ou agramatical. O que se pretende é comunicar, persuadir, convencer, formar, informar etc.

É com esse propósito que muitas vezes os falantes tentam organizar suas idéias e suas palavras de forma a *induzir, influenciar, alterar* o julgamento do outro, *impressionando-o* outras tantas vezes.

É assim que procede a personagem de *Satyricon*. Observando suas construções, verifica-se que, se não é possuidor de grande conhecimento gramatical, para seguirmos uma linha tradicionalista, isto não impede que seja um excelente orador, capaz de levantar argumentos suficientemente fortes para, inclusive, reter o fluxo da conversação, sem se dar conta (ou talvez sabendo-o) do silêncio de seu interlocutor (na obra em referência, trata-se de Agamêmnon).

Nesse exercício, porém, o locutor em questão constrói expressões verbais diversificadas, ora absolutamente justificáveis pela situação contextual, embora distantes do padrão culto, ora outras que se afastam totalmente desse padrão, fazendo surgir termos que, de fato, representam desvios à norma culta.

Tal desvio, no entanto, não bloqueia o sentido do que se pretende quando pelo menos um dos significados do dito é percebido. Pode-se pensar numa atividade de interpretação. Koch (2002, p. 23) atenta para essa atividade da seguinte forma:

A atividade de interpretação, que está em ação a todo momento no processo de comunicação, funda-se na suposição de que quem fala tem determinadas intenções, consistindo a intelecção justamente na captação dessas intenções, o que leva a prever, por conseguinte, uma pluralidade de interpretações. Compreende-se o **querer dizer** como um **querer fazer** [...]

É esse **querer fazer** que se manifesta, muitas vezes, na escolha de um tempo verbal que também pode desvincular-se dessa organização sintática e se realizar através do aspecto verbal, mantendo seu compromisso com a ação do discurso e ainda promovendo pistas que denunciem o engajamento não somente do locutor que o profere mas também do interlocutor que compõe esse quadro dialético. É o próprio exercício da argumentação que permite veiculações de interpretações e define aquela mais adequada ao que se pretende enunciar, dizer e fazer.

Isso nos remete a Ducrot (1988, p. 51), para quem “en resumen, el valor argumentativo de una palabra es el papel que pueda desempeñar en el discurso”. Segundo este autor, é o sentido de uma palavra que dá orientação ao discurso (Idem, p. 52).

O que verificamos na análise dos textos referendados é que este sentido orientador do discurso, embora marcado pela palavra presente no enunciado, não depende unicamente da aplicação dessa palavra de forma estrutural e convencional, regida pela norma padrão. O discurso ainda pode alcançar o interesse do locutor, à medida que este utiliza outras estratégias, como a utilização de um tempo ou de um modo verbal por outro, o aspecto verbal, a modalização² – seja através de operadores explícitos, seja por implícitos –, por exemplo, para sugerir sua ação sobre o outro.

2 SELECIONANDO PALAVRAS

A fim de observarmos mais detidamente o que expomos acima, passaremos a verificar que estratégias lingüísticas são utilizadas pela personagem em *Satyricon* (anexo I). De antemão, o que podemos inferir é que o usuário em questão, embora se reconheça inferior a seu interlocutor, no caso Agamêmnon – pessoa vista pela sociedade de então como um grande conhecedor da língua culta –, não hesita em tentar chamar sua atenção e despertar seu interesse no sentido de “adotar seu filho como discípulo (ou mesmo escravo)”, e fazê-lo pessoa letrada. É a utilização do *querer dizer* para atingir o *querer fazer* (em verdade, o que quer que o outro faça) a que aludimos anteriormente.

Passemos, então, à análise propriamente dita.

Numa primeira passagem, já obtemos:

A) *Quia tu, qui potes loquere, non loquis.*

(Por que tu, que podes falar, não falas?)

Sendo verbo de 3ª conjugação, no indicativo, teremos as seguintes formas para LOQUOR.

Presente: loquor, loqueris

Infinitivo: loqui

A partir das formas verbais acima, ao utilizar *loquere* e *loquis*, o falante se afasta do emprego correto do infinitivo na perífrase *potes loqui*, para construir

² Consideramos modalização um dos recursos da argumentação que utiliza elementos gramaticais ou expressões marcadas pelo uso, para definir para que direção deve seguir a interpretação do interlocutor.

o que se tem acima; e do indicativo, quando deveria empregar *loqueris*, empregando a forma passiva de 2ª pessoa do singular, em lugar de *loquis* – forma, inclusive, não registrada em Gramática Latina.

É possível que a personagem tenha, por analogia, utilizado as formas de um verbo semidepoente (uma vez que LOQUOR é depoente), a exemplo de *légere*, ou simplesmente desconheça a forma adequada da flexão verbal nesse caso. De qualquer forma, não há registro, no texto, de qualquer indicação sobre a postura do interlocutor que direcione para uma justificativa definitiva.

B) *Aliqua die te persuadeam, ut ad villam venias et videas casulas nostras.*

(Algum dia eu te persuada a que venhas e vejas nossas casas)

Uma das marcas do discurso modalizado da personagem de então aparece na forma do presente do subjuntivo. Conforme se verifica acima, a utilização do subjuntivo é bastante freqüente. Na 1ª pessoa do singular (*que eu te persuada*) pela desinência –am; na 2ª pessoa do singular, pela desinência –as (*venhas e vejas*), confirmada pela conjunção *ut* (*para que*).

Em relação a essas construções, considerando a idéia de possibilidade expressa pelo subjuntivo, é bastante coerente que o locutor – cômico de sua distância intelectual de Agamêmnon – não declare firmemente o que diz, mas aponte para seu interesse, que pode ou não ser atendido.

C) *Inveniemus quod manducemus...*

(Encontraremos o que comer...)

É interessante, no entanto, observar que, na passagem B, acima, em que o usuário prefere não se arriscar numa construção que indique pontualidade, na elocução seguinte – C –, já conta com uma certeza. Quer dizer, ele não mantém a linha de possibilidade inicial.

Quer nos parecer que a circunstância agora dirigiu a fala para uma outra idéia; este fato, a certeza de que *encontraremos o que comer*, não depende da vontade nem da interpretação de Agamêmnon. Como se trata da casa da personagem, é certo que saiba o que há para comerem lá.

D) *...etiam si omnia hoc anno tempestas dispare pallavit.*

(...ainda que este ano a tempestade tenha dado um rumo...)

Via de regra, a conjunção concessiva introduz uma oração subordinada cujo verbo, geralmente, aparece no subjuntivo, o que, de fato, acontece na perífrase acima sublinhada, que se apresenta no pretérito perfeito. O que chama a atenção é justamente a aplicação desse tempo verbal – pretérito perfeito. Mesmo no subjuntivo, há permissão para se rejeitar a idéia de possibilidade tão freqüente na identificação desse modo, uma vez que o fato em si já aconteceu e foi comprovado.

E) *Ingeniosus est et bono filo, etiam si in aves morbosus est.*

(É muito inteligente e possui um bom caráter, ainda que é doente por aves.)

Se formos considerar a tradução da conjunção como no exemplo **D**, certamente teríamos algo semelhante a *ainda que é ... por aves*. Se for assim, o valor de introdutora de subjuntivo da conjunção está sendo alterado, já que o verbo não está no subjuntivo. A forma *est* corresponde à 3ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo SUM (ser). Daí, podemos construir quatro hipóteses:

- a) o falante não queria que o suposto “defeito” do menino fosse algo definitivo, por isso o uso da concessiva, abrindo a possibilidade de ele “livrar-se do vício”;
- b) não havia como o pai fugir de algo que ele mesmo não conseguiu corrigir no filho, por isso o presente do indicativo;
- c) O locutor podia ter dificuldades no uso da concessiva, afinal ele poderia ter usado a conjunção *tametsi* que, segundo Almeida (1968, pág. 366) *Etsi, tametsi: são concessivas sinônimas empregadas em asserções de fatos reais, razão por que ordinariamente vêm com o indicativo.*
- d) A concessão é retórica, pois o “vício” apresentado no garoto está presente em quase todos os meninos.

F) *Ceterum iam Graeculis calcem impingit et Latinas coepit nom male appetere, etiam si magister eius sibi placens sit.*

(No mais já deixou o grego de lado e começa a dedicar-se com bastante ardor ao latim, ainda que o mestre dele seja complacente.)

Mais uma vez a idéia expressa pelo subjuntivo, ou seja, a noção de possibilidade, se concretiza; o que se pode perceber é a intenção de se questionar a atitude do mestre em questão, sem, no entanto, se comprometer com o dito.

Num breve resumo, observamos que a conjunção *etiam si*, embora seja formalmente apresentada como introdutora de uma subordinada com verbo no subjuntivo, permite diversas construções que, às vezes, parecem afastar-se da idéia precípua desse modo: a de indicação de fato imaginário, irreal, ou dependente de um outro, ou seja, marcado pela *possibilidade* de tornar-se realizável. *Ou seja, o modo verbal depende da intenção do sujeito enunciador, e não do emprego de uma ou outra conjunção.*

G) *Itaque feriatis diebus solet domum venire, et quicquid dederis, contentus est.*

(Nos dias festivos costumava vir a casa (vinha), e qualquer coisa que deres (tenhas dado) é contente.)

O pronome indefinido *quidquid* (que tem como forma variante *quicquid*), se traduzido tal qual, vai produzir *tudo o que, qualquer coisa que*.

O uso do subjuntivo perfeito na forma *dederis* poderia sugerir o futuro do indicativo na 2ª parte do enunciado – “*contentus est*”, cujo verbo, no entanto, aparece na forma do presente do indicativo. É recorrente, então, a noção de conhecimento de um fato, circunstância, ou, neste caso, característica marcante no referente (o mestre).

Não há, como se pode comprovar pelos segmentos analisados, uma forte preocupação com as estruturas regidas pela norma gramatical; o que se institui como essencial no discurso dessa personagem é sua idéia do verossímil, do ajustável à sua intenção ou necessidade quando do uso da língua.

OBS. O futuro do subjuntivo do português é visto, no latim, como futuro do indicativo ou como subjuntivo presente e perfeito.

Em outro texto, **De Re Publica** (anexo II), encontramos um maior cuidado quanto ao emprego dos tempos verbais, buscando manter uma unidade coesiva. Veja-se em:

A) *Nunquam comodiae, nisi consuetudo uitae pateretur, probare sua theatris flagitia potuissent.*

(Nunca as comédias teriam podido aprovar seus escândalos nos teatros, se o costume da vida não estivesse aberto.)

Apesar do uso do imperfeito do subjuntivo na perífrase “estivesse aberto” combinado com o futuro do pretérito em “teriam podido aprovar”, o discurso aciona pressupostos de existência real, contrapondo-se ao que se descreve sobre os tempos acima. O que se tem como evidente é que: a) as comédias aprovam seus escândalos nos teatros e b) o costume da vida está aberto.

Um adendo: a tradução informa que o agente da aprovação é representado por “as comédias”, o que pode provocar um questionamento do tipo: não seria o povo, a platéia quem, de fato, aprova a apresentação dos escândalos nas comédias? Há aqui uma correlação sintaxe/semântica por conotação.

Do comentário sobre as formas verbais acima exposto, se infere que na verdade é a informação não expressa claramente, mas subentendida, que se pretende transmitir. Os tempos verbais utilizados não teriam valor representativo se não houvesse um provável entendimento entre o locutor e seus possíveis interlocutores sobre a existência comprovada dos fatos ativados nos pressupostos acima descritos.

Na passagem seguinte:

B) *Et Graeci quidem antiquiores uitiosae opinionis quandam conuenientiam seruauerunt, apud quos fuit etiam lege concessum ut, quod uellet comoedia, de quo uellet nominatim diceret.*

(E mesmo os gregos mais antigos conservaram alguma conveniência de sua opinião viciosa, junto aos quais houve uma concessão mesmo por lei que aquilo que desejasse a comédia **dissesse nomeadamente o que desejasse.**

Como se espera da regra gramatical vigente, o uso da conjunção concessiva *etiam* sugere a subjuntivização no enunciado do qual faz parte. A propriedade dessa construção consiste na possibilidade de uso ou de realização do fato, mas não a exigência dessa realização. De todo o parágrafo, observa-se que o indicativo (*conservaram*) marca a presença de uma postura que poderia ser modificada uma vez que estava amparada por lei, mas que ainda assim surge como uma opção: “*aquilo que desejasse dissesse*”, no entanto, os gregos optaram por conservar “alguma conveniência”.

Verifica-se uma construção sofisticada onde se apresenta um fato real que, de certa forma, se organiza através de uma certeza – indicativo – e de uma possibilidade de uso em relação ao fato em questão – subjuntivo. Pode-se pensar em um entrecruzamento dos modos verbais, deixando que a vontade dos sujeitos se interprete a partir da aplicação desses modos.

3 O FENÔMENO DO ASPECTO

Após essas breves considerações, podemos constatar que, em muitos casos, o verbo é empregado não obedecendo a uma circunstância marcada pelo tempo enquanto elemento físico, real. Muitas vezes o que o falante quer deixar impresso é sua idéia de ocorrência de um fato e suas noções de duração, instantaneidade, começo, desenvolvimento e fim (cf. COSTA, 1997, pág. 19).

Então, a partir das colocações da personagem do texto *Satyricon* (anexo I), podemos rever esse processo que, diferentemente da Gramática Tradicional, leva em conta a pretensão do falante, ignorando, muitas vezes, a organização gramatical que poderia não deixar clara sua verdadeira intenção. Mesmo correndo o risco de ser taxado de inculto, a personagem sabe que é compreendida pelo interlocutor, tanto que não corta sua fala ou se deixa interromper. Na verdade, um dos recursos discursivos de que o falante, no texto, faz uso é justamente o da aplicação do Aspecto Verbal. A organização das frases associando conjunções que induzem, geralmente, a utilização de tempos do subjuntivo nem sempre acontece. Tudo depende do que pretende o locutor.

Ora, uma vez que o subjuntivo se caracteriza pela dependência de uma circunstância, é fato que sua noção não pode ser categórica. Quer dizer, mesmo na Língua Portuguesa, as noções de presente, pretérito imperfeito e futuro do subjuntivo são sinalizadas com a idéia de um dado fato se realizar ou não. Logo,

a idéia temporal (presente, passado, futuro) não é vista da mesma forma pontual como se pretende, por exemplo, com o modo indicativo. Segundo Costa, (idem, pág. 21),

...aspecto é a categoria lingüística que informa se o falante toma em consideração ou não a constituição temporal interna dos fatos enunciados. Essa referência independe do ponto-dêitico da enunciação, visto que centra o tempo no fato e não o fato no tempo.

A partir da observação acima, constata-se que, de fato, muitas vezes, toma-se um tempo verbal por outro para se garantir a idéia pretendida, tendo como resultado uma estruturação semântica muito mais marcada pela intenção do que pela referência gramatical.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas breves análises buscam mostrar quão fecundo pode ser a compreensão do Aspecto verbal, da percepção de certos usos das conjunções agindo sobre os tempos verbais, ora cumprindo o que se instala na gramática normativa, ora atendendo a uma necessidade discursiva marcada por usos informais suficientemente eficazes não só para permitir a identificação de papéis sociais dos locutores/interlocutores mas também para garantir sua interação, seja face a face, seja em situações outras.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Napoleão M. (1968). **Gramática Latina**. 12ª ed. São Paulo: Saraiva.
 COSTA, Sônia Bastos B. (1997). **O Aspecto em Português**. São Paulo: Contexto.
 DUCROT, Oswald (1988). **Polifonia Y Argumentacion**. Universidad del Valle – Cali.
 KOCH, Ingedore G. V. (2002). **Argumentação e Linguagem**. São Paulo: Cortez.
 PETRÔNIO (2001). **Satíricon**. São Paulo: Martin Claret.

ANEXO I**Satyricon**

[XLVI] “Videris mihi, Agamêmnon, dicere: ‘Quid iste argutat molestus? Quia tu, qui potes loquere, non loquis. Non es nostrae fasciae, et ideo pauperorum verba derides. Scimus te prae litteras fatuum esse. Quid ergo est? Aliqua tié te persuadeam, ut ad villam vênias et videas casulas nostras. Invenimus quod manducemus, pullum, ova: belle erit, etiam si omnia hoc anno tempestas dispare pallavit. Invenimus ergo unde saturi fiamus.

Et iam tibi discipulus crescit cicaro meus. Iam quattuor partis dicit; si vixerit, habebis ad latus servulum. Nam quicquid illi vacat caput de tabula non tollit. Ingeniosus est et bonno filo, etiam si in aves morbosus est. Ego illi iam tres cardeles occidi, et dixi quia mustella comedit. Invenit tamen alias menias, et libentissime pingit.

Ceterum iam Graeculis calcem impingit et Latinas coepit non male appetere, etiam si magister eius sibi placens sit. Nec uno loco consistit, sed venit <raro; scit qui>dem literas, sed non vult laborare. Est et alter non quidem doctus, sed curiosus, qui plus docet quam scit. Itaque feriatis diebus solet domum venire, et quicquid dederis, contentus est.

Emi ergo nunc puero aliquot libra rubricata, quia volo illum ad domusionem aliquid de iure gustare. Habet haec res panem. Nam litteris satis inquinatus est. Quod si resilierit, destinavi illum artificii docere, aut tonstreinum aut praeconem aut certe causidicum, quod illi auferre non possit nisi Orcus.

Ideo illi cotidie clamo: “Primignei, crede mihi, quicquid discis, tibi discis. Vides Phileronem causidicum: si non didicisset, hodie famem a labris non abigeret. Modo, modo, collo suo circumferabat onera venalia; nunc etiam adversus Norbanum se extendit.” Litterae thesaurum est, et artificium nunquam moritur”.

ANEXO II**De Re Publica (IV, 11-12)****In De Ciuitate Dei (II,9)**

Quid autem hinc senserint Romani ueteres, Cícero testatur in libris quos de re publica scripsit, ubi Scipio disputans ait:

- Nunquam comoedine, nisi consuetudo uitae pateretur probare sua theatris flagitia potuissent.
- Et Graeci quidem antiquiores uitiosae opinionis quandam convenientiam seruauerunt, apud quos fuit etiam lege concessum ut, quod uellet comoedia, de quo uellet nominatim diceret. Itaque sicut in eisdem libris loquitur Africanus:
- Quem illa non adtigit uel potius quem non uexauit? Cui peperit? Esto, populares homines improbos, in re publica seditiosos, Cleonem, Celophontem, Hyperbolum laesit. Patiamur, inquit, etsi eiusmodi ciues a censore melius est quam a poeta notari. Sed Periclen, cum iam suae ciuitati máxima auctoritate

plurimos annos domi et belli praefuisset, uiolare uersibus et eos agi in scaena non plus decuit quam si Plautus, inquit, nost uoluisset aut Naeuius, Publio et Gnaeo Scipioni aut Caecilius Marco Catoni malediceri.

Dein Paulo post:

- Nostrae, inquit, contra duodecim tabulae cum perpauca res capitae sauxissent, in his hanc quoque sancendam putauerunt, si quis occentauiisset siue carmen condidisset quod infamiam faceret flagitiumue alteri. Praeclare; iudiciis enim magistratum, disceptationibus legitimis propositam uitam, non poetarum ingeniis habere debemus, nec probrum audire nisi ea lege ut respondere liceat et iudicio defendere.

Haec ex Ciceronis quarto de re publica libro ad uerbum excerpta arbitratus sum, nonnullis, propter faciliorem intellectum, uel praetermissis uel paululum commutatis. Multum enim ad rem pertinent, quam motior explicare, si potero. Dicit diende alia et sic concludit hunc locum ut ostendat ueteribus displicuisse Romanis uel laudari quemquam in scaena uiuum hominem uel uituperari.

Tradução **De Re Publica**

O que terão sentido os antigos romanos, neste ponto, Cícero atesta nos livros que escreveu sobre a república, onde Cipião debatendo diz:

- Nunca as comédias teriam podido aprovar seus escândalos nos teatros, se o costume da vida não estivesse aberto.

E mesmo os gregos mais antigos conservaram alguma conveniência de sua opinião viciosa, junto aos quais houve uma concessão mesmo por lei que aquilo que desejasse a comédia dissesse nomeadamente sobre o que desejasse. E assim como nesses livros fala o Africano:

- A quem ela não atingiu, ou antes a quem não vexou? A quem poupou? Seja que feriu homens improbos demagogos, sediciosos na república: Cleon, Cleofonte, Hipérbolo. Suportamos, diz embora seja melhor que tais cidadãos sejam criticados por um censor do que por um poeta. Mas, como já estivesse à frente com máxima autoridade da sua cidade por muitos anos na paz e na guerra, não foi conveniente Péricles ser maltratado por versos e eles tê-lo levado à cena mais do que se nosso Plauto, diz, tivesse desejado, ou Névio, dizer mal de Públio e Gneu Cipião, ou Cecílio de Marco Catão.

Então, pouco depois diz:

- As nossas doze tábuas, ao contrário, como tivessem sancionado muito poucas penas capitais, entre outras consideraram que esta devia ser sancionada, se alguém tivesse cantado ou tivesse composto uma canção que causasse infâmia ou escândalo a um outro. Foi perfeito; de fato, aos juízos dos magistrados, às questões legítimas devemos ter proposta a vida, não aos engenhos dos poetas, e nem ouvir o opróbio, senão por aquela lei, para que seja permitido responder e defender em juízo.

Pensei que estas coisas deviam ser extraídas à letra do quarto livro sobre a república de Cícero; algumas tendo sido ou deixadas ou muito pouco mudadas, para melhor entendimento. Vêm muito ao caso, quanto me empenho por explicar, se eu puder. Diz depois outras coisas e conclui este ponto de modo que mostre ter desagradado aos antigos romanos ou louvar ou vituperar algum homem vivo, em cena.